



Universidade Federal do Pampa

**Campus Santana do Livramento
Graduação em Administração
Trabalho de Curso**

FEMINISMO E TERRITÓRIOS EXISTENCIAIS:

narrativas de mulheres árabes na Fronteira da Paz

Autoria: Maria Shukrieh Ghande Judeh
Orientador: Laura Alves Scherer

RESUMO

O processo de escolarização e inserção no mercado de trabalho de mulheres árabes em um país estrangeiro envolve a adaptação a novas realidades culturais e sociais, caracterizando movimentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização, nos quais buscam manter sua identidade enquanto se inserem em novos espaços institucionais. Nesse sentido, o objetivo geral buscou analisar os movimentos de territórios existenciais referentes aos modos de viver e trabalhar de mulheres árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Como método, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório, com abordagem qualitativa, através de entrevistas narrativas individuais presenciais com seis mulheres árabes, sendo três migrantes e três descendentes de árabes. Entre os principais resultados, evidenciou-se que o principal motivo de migração das famílias árabes desde a Nakba em 1948 são os conflitos existentes na região. As narrativas evidenciam o impacto do processo migratório na construção de identidades que conciliam a preservação das tradições árabes com a adaptação ao contexto da fronteira entre Brasil e Uruguai. As falas quanto a escolarização e inserção no mercado de trabalho, demonstraram poucos movimentos de desterritorialização por parte das entrevistadas, inclusive das descendentes, enquanto a reterritorialização se destacou como a mais presente, sendo configurada nas restrições de escolha das mulheres da formação que pretendem seguir, bem como da limitação de sua atuação profissional no mercado de trabalho, havendo preferência para que as mulheres trabalhem junto com a família. Assim, a reterritorialização, em muitos casos, se revelou negativa devido à ausência de suporte comunitário, perpetuando padrões sociais de suas origens. A territorialização destacou-se nas falas de duas entrevistadas apenas, que deixaram claro a sua luta para concluir os estudos, inclusive rejeitando um casamento arranjado e a persistência na inserção no mercado de trabalho, mesmo sem nenhum apoio familiar. Assim, notou-se que a atuação de movimentos feministas árabes ainda possuem grandes desafios em busca da equidade na sociedade.

Palavras-chave: Mulheres; Árabes; Migrantes; Descendentes; Territórios Existenciais.

EXISTENTIAL TERRITORIES:

narratives of Arab women on the Peace Frontier

ABSTRACT

The process of schooling and labor market integration for Arab women involves adapting to new cultural and social realities, characterized by movements of deterritorialization, territorialization, and reterritorialization, where they seek to maintain their identity while entering new institutional spaces. The main objective was to analyze the existential territorial movements related to the ways of living and working for Arab women in the border region between Santana do Livramento (Brazil) and Rivera (Uruguay). An exploratory qualitative research was conducted using face-to-face narrative interviews with six Arab women, three of whom are migrants and three are descendants. The results showed that the main reason for migration from Arab families since the Nakba in 1948 has been regional conflicts. The narratives highlight the impact of the migration process on identity construction, balancing the preservation of Arab traditions with adaptation to the border context. Regarding schooling and labor market integration, there were few deterritorialization movements, even from the descendants, while reterritorialization was more evident. This was reflected in the restrictions on the women's choice of careers and professional limitations, as there was a preference for women to work with their families. Territorialization was observed in the statements of only two interviewees, who made it clear that they fought to finish their studies, even rejecting an arranged marriage, and persisted in entering the workforce despite lacking family support. Therefore, it was noted that Arab feminist movements still face significant challenges in the pursuit of equity in society.

Keywords: Women; Arabs; Migrants; Descendants; Existential Territories.

FEMINISMO Y TERRITORIOS EXISTENCIALES:

Narrativas de mujeres árabes en la frontera de la paz.

RESUMEN

El proceso de escolarización e inserción en el mercado de trabajo de las mujeres árabes implica la adaptación a nuevas realidades culturales y sociales, caracterizando movimientos de desterritorialización, territorialización y reterritorialización, en los cuales buscan mantener su identidad mientras se insertan en nuevos espacios institucionales. En este sentido, el objetivo general fue analizar los movimientos de territorios existenciales relacionados con los modos de vivir y trabajar de las mujeres árabes en la frontera entre Santana do Livramento (Brasil) y Rivera (Uruguay). Como método, se realizó una investigación de carácter exploratorio, con un enfoque cualitativo, mediante entrevistas narrativas individuales presenciales con seis mujeres árabes, tres migrantes y tres descendientes de árabes. Entre los principales resultados obtenidos, se demostró que la principal razón de migración de las familias árabes desde la Nakba en 1948 son los conflictos existentes en la región. Las narrativas evidencian el impacto del proceso migratorio en la construcción de identidades que concilian la preservación de las tradiciones árabes con la adaptación al contexto de la frontera entre Brasil y Uruguay. Las entrevistas sobre escolarización e inserción laboral mostraron pocos movimientos de desterritorialización por parte de las entrevistadas, incluso de las descendientes, mientras que la reterritorialización destacó como la más presente,

manifestándose en las restricciones sobre las formaciones que las mujeres desean seguir y en la limitación de su actuación profesional en el mercado de trabajo, con preferencia para que trabajen junto a la familia. La territorialización se destacó en las respuestas de dos entrevistadas, quienes expresaron claramente su lucha por terminar sus estudios, rechazando incluso un matrimonio arreglado y persistiendo en su inserción laboral, a pesar de la falta de apoyo familiar. Así, se observó que los movimientos feministas árabes aún enfrentan grandes desafíos en la búsqueda de la equidad en la sociedad.

Palabras-clave: Mujeres; Árabes; Migrantes; Descendientes; Territorios Existenciales.

1 INTRODUÇÃO

O machismo estrutural presente na sociedade é responsável por gerar desigualdades entre homens e mulheres na sua formação e na maneira como são inseridos no mercado de trabalho, refletindo-se em salários mais baixos e em cargos menos valorizados para mulheres (Mata et al., 2021).

Historicamente, conforme apresentam Duarte e Spinelli (2019), ao adentrarem o mercado de trabalho, as mulheres se deparam com a sobrecarga da dupla jornada, o que impacta sua formação, podendo resultar em atrasos na conclusão dos estudos ou até mesmo impedir a sua formação completa. Além disso, o contexto existencial, neste estudo compreendido como território existencial, de cada mulher influencia diretamente a sua participação no mercado de trabalho.

Os territórios existenciais, para Deleuze e Guattari (1997), estão relacionados a como o indivíduo se vê e se identifica, conectando o local onde habita com sua identidade, crenças e cultura. O território existencial está em constante movimento, considerando as vivências diárias que, ao interagirem com novos pensamentos e realidades, geram movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Nesse sentido, ao se analisar o território existencial de mulheres e seu contexto de trabalho é crucial considerar a sua cultura de origem, hábitos, tradições, bem como o contexto político, histórico e social, sobretudo em contexto migratório, como o caso da migração de árabes para diferentes regiões do mundo. Ao migrarem para o Ocidente, as mulheres árabes enfrentam discriminação racial (racismo) e étnica (xenofobia), influenciada por estereótipos negativos associados à sua identidade cultural. A islamofobia, especialmente contra aquelas que usam o hijab, intensifica esses desafios, conforme apresentam Moraes e Albuquerque (2023).

Além disso, de acordo com Tonhati e Macêdo (2021), as mulheres árabes enfrentam dificuldades devido a barreiras linguísticas, limitando seu acesso a empregos e integração na sociedade. Pressões culturais e familiares quanto ao casamento, educação e carreira também limitam sua liberdade e autonomia. Esses desafios únicos complicam sua adaptação ao modo de viver ocidental (Lacerda; Lustosa, 2018).

Diante desses obstáculos há iniciativas de resistência das mulheres árabes contra as opressões vivenciadas, como o movimento do feminismo árabe. Este visa à busca pelo reconhecimento e garantia dos direitos das mulheres conforme lhes é assegurado no livro sagrado islâmico (o alcorão). Assim, através destes movimentos, as mulheres buscavam o fim das práticas sexistas, patriarcais e misóginas (Lima, 2012).

Uma localidade com grande presença de imigrantes árabes no Ocidente é a fronteira do Brasil e Uruguai. Jardim (2000) demonstra que a migração árabe para o Brasil iniciou-se em 1948, com a criação do Estado de Israel. A chegada dos árabes ocorreu inicialmente e de

maneira mais intensa no estado de São Paulo, através do porto de Santos. Devido ao seu trabalho como mascates, os árabes iniciaram o processo de interiorização, enxergando nas fronteiras uma oportunidade para o seu comércio.

Dentre as fronteiras brasileiras, os árabes acabaram por ocupar principalmente a fronteira Brasil-Uruguai, devido à facilidade de locomoção pelas fronteiras secas que formam as cidades gêmeas a exemplo de Chuí (Brasil) e Chuy (Uruguai) bem como as cidades objeto deste estudo Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) (Alves; Cadoná, 2015), também conhecida como Fronteira da Paz.

Diante disso, busca-se a resposta à seguinte questão de pesquisa: Como se configuram os movimentos de territórios existenciais referentes aos modos de viver e trabalhar de mulheres árabes na Fronteira da Paz?

Diante do exposto, tem-se como objetivo geral analisar os movimentos de territórios existenciais referentes aos modos de viver e trabalhar de mulheres árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). De forma específica, este estudo se propõe a identificar o contexto migratório dessas mulheres e analisar os movimentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização que ocorrem nos processos de inserção das mulheres árabes no ambiente de escolarização e no mercado de trabalho desta fronteira. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa e exploratória, através da análise e interpretação de narrativas de 6 mulheres árabes (imigrantes e descendentes de árabes) desta região fronteiriça.

A relevância deste estudo justifica-se pela escassez de pesquisas que abordem a influência da perspectiva teórica dos territórios existenciais na inserção das mulheres árabes no mercado de trabalho. Ao mapear os estudos sobre essa perspectiva de Deleuze e Guattari, observa-se que a maioria pertence aos campos da história, filosofia e psicologia, com apenas um estudo de na área da administração.

As pesquisas focam em públicos específicos, a exemplo da cartografia realizada por Cavagnoli, Moterle e Moro (2020) com pessoas em situação de rua, investigando suas vivências e as dinâmicas que permeiam suas vidas. Há também o trabalho de Silva (2021) que apresenta uma análise sobre as experiências vividas por imigrantes venezuelanos na Paraíba sob uma perspectiva psicológica, além do estudo de Santos (2016), que analisa como a escola e as experiências educacionais influenciam a construção da identidade e do sentido de pertencimento dos estudantes. Ainda o estudo de Xavier (2022), que explora a historiografia de mulheres negras, focando na construção de um novo "território existencial" intelectual. O estudo no campo da administração foi o de Prestes (2019) o qual oferece uma análise das trajetórias de chefs de cozinha imigrantes no Brasil, destacando as complexidades do trabalho imaterial e a construção de identidades em um novo território.

Nesse sentido, este artigo se destaca por estudar um grupo social específico – mulheres árabes – em uma localidade fronteiriça e interiorana – a fronteira entre as cidades gêmeas Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai) - ainda não explorada sob a temática e perspectiva teórica adotada.

Além disso, haverá uma grande contribuição para o entendimento dos movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, auxiliando na compreensão das particularidades dessas mulheres e possibilitando a criação de debates e políticas públicas que as ajudem a enfrentar possíveis dificuldades.

Por fim, a contribuição para as organizações da região será significativa, visando prepará-las para a recepção dessas mulheres nos ambientes de trabalho e estudo, considerando suas particularidades. Isso as ajudará na adaptação a novos empregos e incentivará a busca pela maior profissionalização, bem como para refletir sobre as diferenças culturais dos seus países de origem e do local da atual residência.

Assim, o trabalho é organizado em cinco capítulos: o primeiro capítulo é referente a

introdução, o segundo se trata do referencial teórico, o qual é dividido em dois subcapítulos: o primeiro sobre o Feminismo Árabe-Muçulmano e o segundo sobre a teoria de Territórios Existenciais; já o terceiro capítulo apresenta o caminho metodológico; no quarto capítulo são apresentadas as análises dos resultados, sendo dividida em três capítulos, sendo eles: o perfil das entrevistadas, Contexto Migratório das Mulheres e os Movimentos dos territórios existenciais das mulheres árabes no ambiente de escolarização e inserção profissional na Fronteira da Paz; por fim no quinto capítulo são apresentadas as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, o qual é dividido em dois subcapítulos é abordado inicialmente a apresentação do movimento feminista árabe-muçulmano, seu surgimento e internacionalização. O segundo subcapítulo é a respeito do território existencial incluindo a explicação quanto aos termos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização.

2.1 Feminismo Árabe-Muçulmano

O movimento feminista trata-se de um movimento social, ideológico e teórico. Este movimento teve início no século XX, e continua se renovando e se expandindo ainda mais ao longo do século XXI, como uma tendência revolucionária (Lima, 2017; Souza; Moreira, 2021). Para Lima (2017, p.39), o significado de feminismo seria: “um conceito conflitante, cuja definição, em certa medida, adequa-se aos movimentos sócio-políticos e ideológicos do qual faz parte, como os movimentos liberais, marxistas, neo-liberais, pós-coloniais e islâmicos.”

O feminismo árabe-muçulmano teve início nos anos 1920 no Egito e é chamado na literatura como feminismo secular, que para Badran (2020), a sua denominação como secular refere-se ao seu caráter nacional. O contexto que levou aos primeiros debates feministas na região era a luta pela independência dos egípcios da colonização britânica. O cenário da época proporcionou o encontro de mulheres da elite tradicional egípcia, as quais possuíam educação formal, compartilhando pensamentos modernistas (Silva, 2008). Na época, as mulheres estavam tendo acesso maior à educação, o que permitia que pudessem ler e interpretar os textos religiosos pela sua própria visão. Apesar de diversas críticas daqueles mais tradicionais, o movimento foi acolhido pelas mulheres muçulmanas, não só no Egito mas em todo o mundo (Badra, 2020).

Assim, os autores classificam o feminismo secular como um movimento político e religioso que busca a aplicação de normas e regras islâmicas, considerando a visão da mulher a respeito da interpretação do alcorão e outras fontes religiosas (Lima, 2017; Badran, 2020; Silva, 2008).

Dentre as principais fundadoras desse movimento destaca-se a feminista egípcia Huda Sha'rawi. Huda foi a fundadora e presidente da associação da União das Feministas Egípcias (UFE), fundada em 1923. Através da associação, a então presidente demandava pelo acesso das mulheres à educação, maior liberdade, igualdade nos direitos políticos e apoio à criação de novas escolas tudo através de uma releitura do texto sagrado muçulmano, o alcorão (Lima, 2014; Winkel, 2021).

Ainda no seu ano de criação (1923) a UFE lutou e conquistou consideráveis avanços para as mulheres muçulmanas. As reivindicações atendidas pelo parlamento egípcio foram a fixação de idade mínima de 16 anos para meninas e 18 anos para meninos, para que o casamento fosse autorizado perante o governo (Lima, 2017).

Além disso, ao passar do tempo os requerimentos referentes à educação, realizados pela UFE também foram concedidos. No ano de 1925 o governo egípcio decidiu incluir a

obrigatoriedade da educação para ambos os sexos. Outra conquista naquele mesmo ano foi a inauguração de uma escola secundária para mulheres, além de permitir que elas pudessem frequentar as universidades (Luz, 2020).

Este primeiro movimento feminista secular durou, aproximadamente, entre os anos de 1920 e 1940. O feminismo da época ficou conhecido como liberal radical com influência francesa e desejos anti-coloniais. A partir desses ideais as mulheres buscavam uma nova maneira de se falar sobre gênero e igualdade (Souza; Moreira, 2021; Badran, 2020).

O segundo movimento feminista secular iniciou-se a partir dos anos 1940 através da luta de Duriyya Shafiq. Duriyya defendia os direitos humanos e o direito das mulheres, voltados à democracia e ao secularismo. Em 1948, acabou por fundar uma segunda associação feminista egípcia a qual denominou União das filhas do Nilo (Luz, 2020).

Assim, este segundo movimento buscava a garantia do direito das mulheres, principalmente o direito ao voto, e se preocupava com o contexto de conflito que a Palestina vivenciava na época. Ademais, uma das características marcantes do movimento era a preocupação com a realidade sócio-política dos países (Costa, 2021).

O ano de 1960 é um marco para a integração do movimento feminista árabe no cenário internacional, tornando assim um movimento transnacional, o qual ficou conhecido como feminismo pan-árabe. Contudo, a inserção definitiva ocorreu bem mais tarde após o ano de 1970, marcada pela assinatura da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), por diversos países árabes (Badran, 2020).

Enquanto o segundo movimento feminista secular ainda estava em vigor no cenário internacional, na década de 1990, emergiu um novo movimento feminista árabe, chamado por Lima (2017) como feminismo islâmico. Este movimento não representou necessariamente uma substituição do feminismo secular, mas sim uma resposta às realidades enfrentadas pelas mulheres em sociedades de maioria muçulmana, conforme Souza e Moreira (2021).

O feminismo islâmico surge devido à dupla opressão vivenciada pelo gênero e pela religião. A mulher árabe-muçulmana se via obrigada a resistir contra os líderes e tradições conservadoras e patriarcais do seu país, bem como enfrentar a disseminação e imposição de uma cultura dominante sobre as suas culturas, onde sofriam com constante machismo e violência de gênero (Nogueira, 2016).

Ainda nesta época, o movimento das mulheres feministas muçulmanas, além de resistir à opressão dos homens dirigentes estatais, tiveram de enfrentar um movimento islamita de mulheres. Este movimento autodenominado de islamita por elas, possuía vertentes conservadoras e fundamentalistas (Lima, 2017). As mulheres islamitas acreditavam e acusavam as feministas muçulmanas de seguir as tradições ocidentais. Ainda, as feministas tiveram de enfrentar o movimento que defendia pela volta das mulheres aos ambientes domésticos e a crença de que cargos e espaços públicos eram somente para homens, defendido pelas islamitas (Franco, 2016).

Ademais, a leitura dos textos sagrados naquela época tanto pelos homens quanto pelas mulheres islamistas, eram de viés interpretativo extremamente patriarcal e tendencioso para os costumes dos países árabes. Isso acabava por legitimar casos de dominação, de opressão e violência vivenciados pelas mulheres e reafirmando os privilégios em favor dos homens (Costa, 2021).

Nogueira (2016, p. 22), ainda apresenta a importância da existência do confronto entre as ideias do movimento islamita de mulheres e o movimento islâmico de feministas para a construção do movimento feminista em si e da suas liberdades. Em suas palavras:

“Todavia, os dois movimentos se tornaram importantes para a construção do feminismo islâmico, pois o ato destas mulheres pensarem e discutirem suas próprias realidades e inspirações deu voz a anos de discursos silenciados e construiu as bases

para uma teoria feminista ampla capaz de representar os interesses das mulheres muçulmanas. A importância dos movimentos de mulheres que começou no Egito vai muito além do fim em si mesmo, mas sim do poder de discussão e decisão entre estas mulheres, mesmo que suas escolhas sejam diferentes entre si. **O ato demonstra a soberania delas sobre seus corpos, a liberdade de escolher conscientemente seguir os costumes mais conservadores ou de quebrar os paradigmas culturais e romper com os costumes fundamentalistas do Islã. Vale ressaltar que os significados do conservadorismo religioso não são equivalentes.** (Grifo nosso)

Em suma, ao contrário do movimento feminista secular que era voltado para o âmbito nacional, principalmente do Egito, o feminismo islâmico teve o princípio da desterritorialidade como principal característica. Esta característica demonstra que o movimento era transnacional, e não possuía a delimitação de um país originário ou até mesmo sede. Este movimento também lutava por todas as mulheres, sendo elas muçulmanas ou não (Lima, 2017; Nogueira, 2016).

A partir do século XXI, o feminismo árabe foi influenciado pela globalização e pelo aprimoramento dos meios de comunicação, através do desenvolvimento da internet e dos Smartphones. Estas mudanças facilitaram a comunicação e a troca de ideias entre mulheres de todo o mundo. Dentre os movimentos e consequências trazidas pela facilidade da troca de informações destaca-se a primavera árabe ocorrida a partir do ano de 2010. A primavera árabe é caracterizada pela onda de manifestações que ocorreram no Oriente Médio em busca de mudanças políticas, econômicas e sociais. As manifestações foram amplamente divulgadas pelas feministas, a exemplo das postagens no blog "A Tunisian Girl" administrado por Lina Mhenni, uma ativista árabe, bem como os movimentos organizados e compartilhados pelas mulheres no mundo todo através das redes sociais (Carvalho, 2023).

Cabe esclarecer, que apesar do mundo árabe não ser absolutamente muçulmano e dos muçulmanos não necessariamente terem a origem árabe, a literatura utiliza-se do termo Feminismo árabe-muçulmano (ou islâmico). Esta nomenclatura deve-se ao fato de que a comunidade árabe se relaciona com a islamofobia e os muçulmanos presenciam e sofrem com a xenofobia contra povos árabes (Sibai, 2015).

Assim sendo, torna-se relevante compreender a influência de tais movimentos para o processo de inserção das mulheres árabes imigrantes e descendentes no mercado de trabalho na fronteira Livramento-Rivera, através dos movimentos de territórios existenciais que serão abordados a seguir.

2.2 Territórios Existenciais

A noção de território existencial, conforme Prestes (2019), foi desenvolvida e defendida pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari nos anos de 1970, principalmente na obra chamada de "Mil Platôs". Em suas obras, Deleuze e Guattari apresentaram uma nova forma para compreender e explicar os movimentos de engendramento das subjetividades em cenários diferentes, compreendidas aqui como territórios existenciais. Esta teorização permite um estudo qualitativo sobre culturas e relações sociais, e da maneira como se moldam, adaptam e recriam essas relações (Martins; Chagas, 2021).

Para Soares e Ramos (2014) território existencial difere-se do conceito de território usualmente utilizado. O território existencial não é um ponto estático e fixo em um espaço físico apenas. O significado de território existencial seria a sua situação em um espaço-temporal, ou seja, são cenários dinâmicos e pessoais (subjetivos). O território então abordado por Guattari e Deleuze é mais abrangente e considera padrões de comportamento na sociedade, pois é através dessa interação social que o território surge e se modifica. Assim o

território encontra-se em constante movimento e modificação conforme a subjetividade de cada um que o habita (Deleuze; Guattari, 1997).

A percepção do que é território, conforme Alves de Macedo (2021), é visto como algo vivo e em constante mudança e construção. Assim, o território está relacionado com a subjetividade dos indivíduos e de suas manifestações identitárias, tornando o seu território como a relação entre o espaço material e de sua identidade, através de vivências cotidianas com a sociedade que está inserida bem como com as práticas culturais que o indivíduo carrega e vivencia no espaço físico.

Em suma, os territórios existenciais são únicos para cada pessoa. Estes territórios se modificam de acordo com o espaço em que a pessoa vive, com os valores que carrega, com as interações sociais que possui e com as particularidades de sua subjetividade. Assim, a sua principal característica é o movimento, a adaptação e a mudança constante (Saraiva; Carrieri; Soares, 2014).

Dessa maneira, a percepção desses movimentos é muito utilizada para casos em que há mudanças nesses fatores que constituem e influenciam os territórios, sendo assim muito aplicada para a análise da realidade de migrantes e refugiados, tendo em vista as mudanças em seus contextos sociais e relações sociais, que acabam por gerar movimentos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização. Estes movimentos serão conceituados e definidos a seguir (Rodrigues; Queiroz; Lozano; 2021).

2.2.1 Territorialização

A compreensão dos conceitos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização se tornam importantes à medida que são utilizadas para compreender mudanças não somente no espaço físico habitado, mas também nos movimentos sociais e sentimentos que se transformam com o processo de subjetivação (Souza, 2019).

Considerando que o território é um conceito das ciências sociais, é visto como aquele formado pela soma do espaço físico com elementos simbólicos, culturais e sociais, ou seja, é o somatório daquilo que é corpóreo e não corpóreo. A territorialização ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas acaba por se integrar a novas práticas sociais ou novos costumes. Assim, ocorre uma absorção de novas ideias a partir de uma incorporação das vivências dos indivíduos, gerando assim uma identidade territorial (Deleuze; Guattari, 1997).

Territorialização é a definição de como determinados territórios existenciais estão dispostos e organizados. Isto demonstra como são os padrões culturais e regras sociais que a pessoa vivencia. O processo de territorialização ocorre quando há uma construção de um território existencial. Este processo envolve a adaptação, incorporação de determinados pensamentos, crenças e ações. Assim, o indivíduo ou grupo acaba por absorver determinadas tradições, crenças e modo de pensar de um determinado meio (Haesbaert; Bruce, 2002).

Ao territorializar um determinado espaço existencial, ocorre uma outorga de sentido a um determinado fato ou ação. Neste processo ocorre geralmente uma definição das regras, crenças e tradições para aquela prática. Ainda, é apresentado que a territorialização se consolida quando há a criação do sentimento de pertencimento a um determinado espaço social e cultural (Deleuze; Guattari, 1997).

Haesbaert e Bruce (2002) apontam que os processos de territorialização e desterritorialização são interligados e muito importantes para compreender as práticas e relações na sociedade. Assim, para os autores, quando ocorre um processo de desterritorialização teremos um novo processo de territorialização que irá ocupar aquilo que fora desterritorializado. Portanto, concluem que nunca ocorre um dos movimentos isoladamente. Diante disso, a seguir será apresentado o conceito de desterritorialização.

2.2.2 Desterritorialização

O conceito de desterritorialização para Deleuze e Guattari (1997) é visto como um movimento de transformação social e territorial em que é percebido um abandono do território. Este abandono se caracteriza por uma desintegração social e cultural das raízes do indivíduo.

A desterritorialização por muitas vezes é uma desassociação dos costumes e crenças originárias e identitárias que compõem o seu alicerce, causada por um sentimento de falta de pertencimento. Estes sentimentos são cultivados principalmente pelo “ ser-entre-lugares”, que conforme Rodrigues, Queiroz e Lozano (2021, p.13):

O ser-entre-lugares é um ser que não consegue fincar raízes. Logo, a casa se torna um momento no passado, os vestígios entranhados na carne e na memória. Sair de um cenário de risco e encontrar um novo teto em um novo lugar não significa necessariamente encontrar casa.

Estas mudanças acabam por atingir não somente acontecimentos globais, mas também locais e a nível individual. Estas mudanças auxiliam na compreensão das relações de poder, de identidade e no sentimento de pertencimento (Haesbaert; Bruce, 2002).

A desterritorialização, para Deleuze e Guattari (1997), pode ocorrer de duas maneiras. O primeiro movimento é chamado pelos autores de relativo e ocorre quando ao se desterritorializar o indivíduo já busca um movimento de reterritorialização. Este é visto como um movimento corriqueiro e natural da sociedade que está sempre em constante movimento. A desterritorialização chamada de absoluta por Deleuze e Guattari (1997) é aquela que envolve a maneira de pensar e os desejos do ser. Assim, as próprias crenças da pessoa se transformam ao romper com seu antigo território e se conectarem com o novo território, transformando assim o pensamento do indivíduo.

Assim, para Deleuze e Guattari (1997) os movimentos de desterritorialização podem ser vistos como o processo de enfraquecer relações sociais entre um indivíduo e um grupo, onde há uma mudança na identidade cultural. Ou seja, a desterritorialização é uma ruptura com um território existencial que o indivíduo vivencia.

Deleuze e Guattari (1997) afirmam ainda que o movimento de desterritorialização não acontece de maneira isolada, pois precisam de mais um indivíduo e de interações. Assim, as interações entre, pelo menos dois indivíduos, acabam por influenciar um ao outro, ocorrendo então o chamado pelos autores de: “desterritorialização pelo menos de dois em dois”

Okamoto (2023, p. 5) sustenta que a desterritorialização se trata de uma desassociação de práticas sociais e desenraizamento cultural involuntário. Assim, os movimentos de desterritorialização acabam por influenciar o processo de reterritorialização. Em suas palavras:

Os processos de desterritorialização são pensados hoje como perda de referências espaciais (não necessariamente perda de espaço físico), como processos de desenraizamento involuntário, perda de autonomia e liberdade para a apropriação simbólica e funcional do espaço geográfico e, conseqüentemente, a vivência de uma crise social com desajustes identitários e econômicos. Assim sendo, a desterritorialização pode ser um processo violento, e muitas vezes involuntário, de privação de território, perda de controle das territorialidades pessoais e coletivas, resultando em perda de acesso aos lugares econômicos, simbólicos, habitação, eixos fundamentais para qualquer indivíduo ou grupo. Com a quebra de referências no local de chegada, o processo de reterritorialização pode passar por um tempo, voluntário ou não, por uma estratégia de isolamento e fechamento em guetos na busca de referenciais que recomponham as sociabilidades.

Esclarece-se que a desterritorialização absoluta é sempre acompanhada por uma reterritorialização. Visto isso, a seguir será apresentado o significado dos movimentos de reterritorialização.

2.2.3 Reterritorialização

A reterritorialização, para Haesbaert e Bruce (2002), assim como a desterritorialização, pode ser relativa ou absoluta. A reterritorialização relativa é o processo que ocorre ao deslocar um indivíduo do seu contexto. Este deslocamento faz surgir a tentativa de aplicação das práticas sociais e culturais originárias em seu novo ambiente. Assim, apesar da mudança, o indivíduo busca manter a sua identidade e também se adaptar à nova realidade e vivência. A absoluta é voltada para a incorporação pelo indivíduo de um novo pensamento, de valores e práticas sociais e culturais, não necessitando a sua mudança física para outro lugar.

O conceito de reterritorialização, nas palavras de Nascimento (2010, p.17-18):

consiste no processo de readaptação com novas ressignificações e redimensionamento dos objetos, coisas e comportamentos, traz consigo novas formas, novas identidades, novas configurações, não se deve confundir a reterritorialização com o retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga. Enfim, a reterritorialização se manifesta nas dimensões socioculturais.

Então, a reterritorialização, na visão de Nascimento (2010), é um movimento pelo qual o indivíduo se readapta a dar novos significados a determinadas ações e objetos que acabam por influenciar a sua identidade. Este movimento de readaptação ocorre após um movimento de desterritorialização, em que o indivíduo acaba por integrar antigos elementos sociais e culturais à sua nova identidade.

Diferentemente da territorialização que busca a construção de novas crenças, pensamentos, práticas e costumes, Deleuze e Guattari (1997) apresentam a desterritorialização como um movimento de adaptação e transformação daquilo que o indivíduo já possui, acredita e carrega consigo para a realidade que ele está vivenciando, bem como as mudanças que estão ocorrendo. O processo de reterritorialização reflete as mudanças sociais contínuas.

Em suma, a territorialização é a criação do território incorporando-se novas práticas sociais e costumes. Enquanto a desterritorialização é voltada para a desvinculação do território existencial (pode ser parcial ou total, bem como permanente ou temporária), deixando algumas práticas que costumava adotar e crenças que possuía. Por fim, a reterritorialização é uma readaptação a um novo território o qual pode ocorrer normalmente através da reformulação das práticas e pensamentos, visando adaptar-se às novas normas e condutas sociais (Haesbaert; Bruce, 2002).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando atingir o objetivo de analisar os movimentos de territórios existenciais referentes aos modos de viver e trabalhar de mulheres árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), foi utilizada a pesquisa qualitativa, com abordagem exploratória. O tipo e abordagem foram escolhidos visando a construção de um *corpus*, que nas palavras de Bauer e Gaskell (2003, p.16) “é o princípio que permite uma coleta sistemática de dados, sem seguir a lógica da amostragem estatística”.

O método utilizado é o narrativo que, para Paiva (2008), busca compreender determinado fenômeno através da coleta de histórias de vida e do contexto vivido que envolvam um determinado tema que se pretende compreender.

No contexto da pesquisa, a coleta de dados ocorreu pela realização de entrevistas narrativas. A entrevista narrativa é uma técnica de coleta de dados, através da compreensão de histórias na mente do entrevistado. Na entrevista, são seguidas quatro etapas para provocar a narrativa e conservar a essência dela, quais sejam: a iniciação, a narrativa da história, fase de questionamentos e a conversa conclusiva. Assim, se objetiva recolher histórias ricas em detalhes, possibilitando relacioná-las com os objetivos da pesquisa. O corpus, neste caso, foi construído, conforme os objetivos da pesquisa, através da análise de materiais escritos (bibliografia), e não escritos e a narrativas das entrevistadas (Bauer; Gaskell, 2003; Jovchelovitch; Bauer, 2003).

O estudo foi realizado com seis jovens mulheres, migrantes de países árabes ou descendentes de árabes, residentes na fronteira Santana do Livramento-Rivera, as quais têm idades entre 20 e 29 anos, e que residem nesta localidade há pelo menos 2 anos. A coleta das narrativas ocorreu através de entrevistas presenciais no local de preferência das entrevistadas (residência, trabalho ou café). O roteiro de entrevista (Apêndice A) foi elaborado com base no referencial teórico e objetivos do projeto.

O convite para participar da pesquisa partiu da rede de contatos da autora deste estudo, que é uma mulher árabe-muçulmana, que migrou da Palestina e reside na fronteira Santana do Livramento e Rivera há aproximadamente 10 anos. Seguindo preceitos éticos da pesquisa qualitativa, foi solicitado que cada participante assinasse o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice B).

Os dados foram analisados após a transcrição das narrativas colhidas nas entrevistas e relacionados com os processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização que ocorreram em suas vidas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados os tópicos analíticos que são divididos em três subtítulos. O primeiro trata sobre o perfil e origem das entrevistadas, no segundo foram observados os contextos migratórios, e no terceiro foram analisados os movimentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização relacionados à educação e inserção no mercado de trabalho das entrevistadas.

4.1 Perfil das entrevistadas

A seguir, no Quadro 1, foi realizada a caracterização do perfil de cada uma das seis mulheres árabes.

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Filho	Pais de Origem	Migrante ou Descendente	Data de Migração dela ou da família	Local de Residência	Religião	Formação	Profissão
E1	25	Solteira	não	Palestina	Descendente	Família migrou em 1974	Rivera/Uruguai	Muçulmana	Superior/Relações Internacionais	Comércio dos pais
E2	22	Casada	2	Palestina	Migrante	Migrou em 2017 com 15 anos	Santana do Livramento / Brasil	Muçulmana	Ensino Médio	Ajuda o esposo na loja dele
E3	20	Solteira	não	Palestina /Jordânia	Migrante	Migrou em 2018 com 14 anos	Rivera/Uruguai	Muçulmana	Ensino Médio	Não trabalha
E4	27	Divorciada	1	Palestina	Descendente	Família migrou nos anos 1950	Santana do Livramento / Brasil	Muçulmana	Superior/Administração	Não trabalha
E5	29	Solteira	não	Palestina	Descendente	Família migrou em 1948	Santana do Livramento / Brasil	Católica	Superior/Direito	Servidora Pública
E6	24	Solteira	não	Palestina	Migrante	Migrou em 2012 com 12 anos	Santana do Livramento / Brasil	Muçulmana	Superior/Economia e Contabilidade	Auxiliar Administrativo

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Conforme o quadro apresentado, as entrevistadas são jovens, com média de 25 anos de idade, variando entre 20 e 29 anos. Das seis entrevistadas, a maioria é solteira e sem filhos. Quatro das entrevistadas são descendentes de palestinos, sendo três nascidas em Santana do Livramento, e uma na Jordânia (a família é da Palestina, mas a entrevistada nasceu na Jordânia durante a primeira migração familiar), enquanto duas são nascidas na Palestina. Cinco residem em Santana do Livramento, e apenas uma mora atualmente em Rivera. A maioria das entrevistadas são muçulmanas e apenas uma é católica.

Quanto aos estudos, quatro concluíram o ensino superior e duas cursaram apenas o ensino médio. Duas possuem ocupação profissional não relacionada à família, duas auxiliam a família em seus comércios e duas não possuem uma ocupação profissional atualmente.

4.2 Contexto Migratório das Mulheres

O contexto migratório das entrevistadas demonstra uma dinâmica complexa de motivos e experiências. As entrevistadas (ou suas famílias) relatam ter deixado seus países de origem devido a conflitos, perseguição ou busca por melhores oportunidades.

Com o objetivo de compreender os aspectos individuais relacionados ao contexto migratório das mulheres entrevistadas, foi questionado sobre suas histórias pessoais e sua trajetória até a fronteira Santana do Livramento-Rivera. Percebeu-se que todas as entrevistadas possuem origem palestina, apesar de 3 (três) serem nascidas em Santana do Livramento e uma na Jordânia.

Há um grupo de entrevistadas denominadas neste estudo como descendentes, são aquelas cuja família migrou da Palestina para o Brasil e que nasceram já em solo brasileiro, sua atual residência. As entrevistadas 1, 4 e 5 são, portanto, descendentes de árabes palestinos nascidas no Brasil. E1 menciona como causa de migração de suas famílias a fuga de conflitos em suas terras de origem. A E5 descreve a migração de seus avós da Palestina para o Brasil após a guerra de 1948, conforme sua fala: “...a minha família veio da Palestina em 1948, fugindo da guerra contra Israel. Meus avós vieram para o Brasil, de navio”.

Enquanto isso, as entrevistadas 1 e 4, também descendentes de árabes palestinos narram apenas a época de migração de suas famílias, as quais ocorreram nas décadas de 1970 e 1950 respectivamente, pois ao longo da história ocorreram vários movimentos diaspóricos dos palestinos. Apesar das entrevistadas 1, 4 e 5 serem nascidas no Brasil, sendo assim apenas descendentes de árabes, todas se consideram como árabes, conforme se verifica na fala da E1 “... os meus pais vieram da Palestina para cá, são eles que migraram para o Brasil.... Nós somos da Palestina”, isso evidencia a importância da herança cultural e familiar na construção da identidade cultural, como destacado por Hall (1990).

Há outro grupo de entrevistadas neste estudo denominadas como migrantes, são aquelas que nasceram em um país árabe e migraram junto com a sua família para o Brasil, sua atual residência. As entrevistadas 2 e 6 nasceram na Palestina, enquanto a entrevistada 3 nasceu na Jordânia, as entrevistadas migraram com a idade média de 13 anos. As migrantes também apresentam motivos econômicos bem como de conflitos na região onde nasceram como causas para a sua migração para o Brasil, conforme se verifica na narração da E6:

Em 2012, começou mais uma guerra na Palestina, não na minha cidade, mas muito perto dela. A guerra começou na faixa de Gaza, e meu pai começou a sentir medo pela idade do meu irmão que tinha 10 anos na época. O medo do meu pai era em relação ao que podia acontecer com meu irmão, porque lá (na Palestina) os soldados de Israel podiam prender as crianças, principalmente os meninos, a partir dos 10 anos.

A fala supracitada demonstra novamente que um dos principais motivos para a migração dos árabes para o Brasil foi e continua sendo o medo e a destruição causadas pelos conflitos constantes no Oriente Médio. Os migrantes de 1948 e 1950, tiveram como principal motivo a Nakba¹ (a Catástrofe).

Todas as entrevistadas, inclusive as descendentes, mencionam a necessidade de adaptação à cultura local, o que é um fenômeno comum entre imigrantes árabes em busca de reconstruir suas vidas em contextos estrangeiros (KHALIDI, 2017).

As seis entrevistadas descrevem experiências positivas e negativas na fronteira. Conforme o estudo de Bhabha (1994, p. 13), "a experiência da diáspora é marcada por uma sensação de deslocamento e realocação". Neste sentido, a E6 destaca a dificuldade de adaptação: "Eu não queria mudar de país, queria ficar lá com a minha vida. Foi muito ruim no início, eu não tinha amigas e nem família." Já a E3 relata a importância da comunidade árabe local: "Morar na fronteira é bom, principalmente porque tem uma comunidade árabe grande aqui, que nos recebeu muito bem."

Essa experiência é semelhante à descrita por Brah (1996, p. 181) ao se referir a migração e a diáspora, afirmando que “é um processo que envolve a redefinição da identidade cultural em um contexto de deslocamento e realocação”. A rede de contatos exerce um papel fundamental na adaptação dos migrantes, conforme destacado por Castles (2007, p. 15) sobre as redes de contato na comunidade, as quais: "são essenciais para a integração dos migrantes na sociedade de acolhimento".

As entrevistadas destacam distinções das tradições e culturas árabe e brasileira. A E3 relata:

A maior diferença é no comportamento, as pessoas são bem informais, parece que todo mundo é amigo de todo mundo. Tipo, parece que todo mundo se conhece. As

¹ A Nakba, também conhecida como "Catástrofe" em árabe, conforme Khalidi (2006) e Pappé (2006), refere-se ao fato histórico iniciado em 1948 da Guerra Árabe-Israelense, quando centenas de milhares de palestinos foram forçados a deixar suas casas, sendo expulsos de suas cidades. Esse evento marcou a criação do Estado de Israel e resultou na dispersão da população palestina, conhecida como "diáspora palestina".

famílias também são diferentes, não convivem muito juntos. Os pais quando ficam velhos vão para a casa de idosos e os filhos geralmente não cuidam deles. Para nós, o filho principalmente tem que cuidar dos pais quando mais velhos. Outra coisa, lá a gente morava todo mundo junto. A família morava tudo um do lado do outro. A comida também é bem diferente, os temperos, doces, até os horários da comida são diferentes.

Já a E6 destaca a liberdade individual: "*Aqui, os filhos têm mais liberdade, eles moram sozinhos e estudam em outros lugares.*" Essas diferenças culturais se alinham com os resultados obtidos no estudo de Hall (1990, p. 226), que afirma que "a identidade cultural é construída através da diferença".

Para Geertz (1973) a cultura é formada através dos significados e sentidos atribuídos a determinadas crenças e condutas aceitas e difundidas em uma sociedade. A cultura de origem das entrevistadas valoriza a unidade familiar e a comunidade, enquanto as culturas brasileira e uruguaia valorizam as relações de amizade e o respeito à liberdade individual.

Assim, ao longo das narrativas das entrevistadas percebeu-se que a cultura árabe ocupa um papel significativo em suas vidas e principalmente na sua tomada de decisões, conforme se verifica na fala da E6: "*... penso no que os outros vão falar se eu fizer isso ou aquilo... acho que sempre eu penso na expectativa dos meus pais e da minha família quando vou decidir algo, afeta muito, não tem como fugir disso.*"

Quando a E3 foi questionada sobre como a cultura árabe influenciou sua vida e suas escolhas até agora, ela relatou:

Influencia muito. Meus pais sempre me lembram de manter nossas tradições e evitar amizades que possam me afastar da nossa cultura. Sempre que quero fazer algo meus pais falam aquela frase que toda mulher conhece "o que as pessoas vão falar?"

A influência mencionada pelas entrevistadas bem como a valorização da família e da comunidade já fora percebida em estudos anteriores. Geertz (1973) já havia percebido a forte influência da cultura árabe na honra familiar e na lealdade da comunidade. No mesmo sentido, Hall (1990, p.226) destaca que "a família é a unidade básica da sociedade árabe, e a lealdade familiar é um valor fundamental".

Assim, as narrativas das entrevistadas revelam como o processo migratório, marcado por conflitos, perseguições e a busca por melhores condições de vida, o qual causou grande impacto em suas suas identidades culturais. Embora todas as mulheres, mesmo as nascidas no Brasil, mantenham fortes vínculos com suas origens palestinas, suas histórias de adaptação e convivência na fronteira entre Brasil e Uruguai refletem as complexas dinâmicas de deslocamento, reconfiguração e preservação cultural.

4.3 Movimentos dos territórios existenciais das mulheres árabes no ambiente de escolarização e inserção profissional na Fronteira da Paz

A análise das experiências das entrevistadas revela os complexos movimentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização vivenciados por descendentes e migrantes, especialmente no contexto da escolarização e inserção no mercado de trabalho.

4.3.1 Movimentos de desterritorialização

A observação das entrevistas realizadas evidenciou claros movimentos de desterritorialização nas experiências educacionais de cada uma das entrevistadas. Conforme

Deleuze e Guattari (1980), o processo de desterritorialização é visto como um desenraizamento de práticas e tradições culturais e de vivência, que gera condições para a criação de uma nova subjetividade.

Em relação à escolarização, a vivência de desterritorialização das entrevistadas é caracterizada por uma sensação de divisão entre sua cultura árabe e a cultura brasileira, causando sensação de desconexão e estranhamento. Essa fragmentação identitária transcultural é marcada pelo conflito entre a identidade cultural de origem e a nova realidade cultural (Deleuze; Guattari, 1997). Tal constatação é claramente vista na fala da E2:

*A minha experiência foi muito ruim quando cheguei. Eu não sabia falar português, nem meus pais. Eu não tinha ninguém para me ajudar, e tive que aprender tudo sozinha, tipo escrever e falar e isso me fez sofrer... **eu não conseguia me encontrar, não conseguia entender o sistema de ensino daqui...** lá (Palestina) era tudo diferente... a escola era algo sério, eu não podia chamar as professoras pelo nome, porque era desrespeito chamar pelo nome. Lá não tem escolas de meninas e meninos junto, é tudo separado. Eu sempre estudei só com meninas... as notas que tirava na escola era algo muito sério, porque a nota era que definia se eu ia poder entrar para a universidade ou não... aqui, a escola não é rígida. Meus colegas chamavam os professores pelo nome ... acho que eles não se importam muito com a escola, porque depois eles estudam e fazem vestibular e entram pra entrar na faculdade.*

Os desafios enfrentados para a adaptação à língua portuguesa gera um sentimento de desconexão e deslocamento, influenciando a identidade cultural das entrevistadas, devido ao significativo desenraizamento linguístico. A perda da língua materna pode levar a uma sensação de desterritorialização, conforme Bhabha (1994). A entrevistada E3 relatou:

*Eu estudei na Jordânia, depois no Uruguai e só os meus últimos anos de escola foram aqui no Brasil. O estudo da Jordânia e do Uruguai é mais parecido do que o Brasileiro e o da Jordânia. Lá o sistema é mais rígido e conservador, até a escolha no ensino médio de qual área queremos seguir é parecida com o Uruguai. Aqui no Brasil é mais flexível, não sei né, mas parece menos estressante. Mas mesmo com a semelhança com o sistema de ensino uruguaio, **foi difícil acompanhar a minha turma, eu demorei para aprender a falar o espanhol e depois o português.***

As falas das entrevistadas quanto às dificuldades de comunicação caracterizam um movimento de desterritorialização, pois as entrevistadas enfrentam dificuldades em se adaptar a um novo contexto linguístico, perdendo sua capacidade de comunicação.

Em suma, a mudança de sistema educacional para as entrevistadas 3 e 6 por si só já caracteriza um processo de desterritorialização, no qual é visto um abandono das estruturas educacionais de seus países de origem. A adaptação à cultura brasileira obrigou as entrevistadas migrantes a lidar com as diferenças no comportamento social e nos métodos de ensino, refletindo as dificuldades comuns enfrentadas por migrantes em contextos educacionais diversos (COHEN, 2017).

Ainda, percebe-se alguns aspectos de preconceito e descriminalização vivenciados, causando um sentimento de exclusão e deslocamento das entrevistadas no contexto educacional, ocasionando uma experiência de exclusão social, a qual para Moghadam (2004) é caracterizada pela sensação de não pertencimento e é percebida no discurso da E4:

*Eu sofri um pouco de preconceito, sim, confesso. Desde o ensino fundamental eu uso as roupas tradicionais que meus pais me passaram e **isso me prejudicava em algumas atividades como na educação física e até mesmo em fazer amizades na escola, as crianças não entendem o motivo de minha roupa ser diferente, e a escola nunca abordou isso nas aulas.***

Além disso, outra observação quanto ao movimento de desterritorialização foi vista quando as entrevistadas foram questionadas sobre a influência da cultura árabe na educação. Esta pergunta foi realizada, pois a influência cultural pode gerar um sentimento de desconexão entre a cultura árabe e a cultura brasileira. A entrevistada 3 narrou:

*A cultura árabe tem bastante influência. Meus pais sempre foram protetores e cuidadosos com quem eu convivo. Eles apoiam meus estudos, mas **sempre se preocupam em não me afastar das nossas tradições**, então eu nunca podia ir fazer trabalhos na casa dos colegas, ou até mesmo receber eles em casa, então quando eu estudava no Uruguai e não tinha colegas árabes eu sempre fazia tudo sozinha. Quando mudei para a escola em Livramento eu tinha uma colega árabe, e então meus pais deixaram eu ir na casa dela fazer trabalhos. (grifo nosso)*

A respeito do processo de inserção no mercado de trabalho, a vivência de desterritorialização das entrevistadas é percebida especialmente nas dificuldades de expressar a identidade cultural e nas barreiras sociais e profissionais que as entrevistadas enfrentaram. Dentre estas consequências, há a percepção negativa de símbolos culturais e religiosos, como o hijab, e as expectativas de gênero que limitam as oportunidades de trabalho fora do círculo familiar.

O preconceito cultural, em que as entrevistadas enfrentam resistência ao expressar sua identidade, quando expostas a uma cultura que existem alguns indivíduos que possuem dificuldade em assimilar símbolos culturais diferentes. A E1 relata uma experiência em que clientes expressaram hostilidade ao ver o seu hijab e ouvir músicas em árabe no seu local de trabalho (Comércio de vestuário):

*Quando eu estava atendendo clientes ... me viam com a minha vestimenta, com a minha roupa e com o meu hijab **a mulher começou a gritar 'bomba'**, ... **falou para desligar o meu rádio**, que estava tocando alguns versos em árabe, **porque eu não estava no meu país**.*

Esse relato demonstra o processo de desterritorialização, onde a expressão cultural da entrevistada é desvalorizada e contestada em seu espaço de trabalho, levando-a a sentir-se deslocada de seu território cultural de origem e a obrigando a deixar o costume de ouvir as músicas árabes em público.

Outro ponto ainda relacionado com os símbolos culturais e religiosos foi observado na fala da E6, que também narrou uma situação envolvendo o uso do hijab como um obstáculo direto para a sua aceitação no espaços profissional fora do contexto familiar, ilustrando como a desterritorialização se manifesta nos processos de seleção e recrutamento, ao mencionar uma situação vivenciada em uma entrevista de emprego:

*Uma vez, quando estava fazendo uma entrevista para uma vaga no banco, o gerente perguntou **se eu iria tirar o 'pano da minha cabeça' para atender as pessoas**. Ele falou que era porque as **pessoas ficavam assustadas com 'aquilo' na minha cabeça**.*

A entrevistada 6 acrescenta também: “*Minha identidade cultural até fechou algumas portas, já que senti um certo medo ou até preconceito em algumas entrevistas...*”. Para Bhabha (1994), os símbolos culturais, como o hijab, podem reforçar estereótipos e causar rejeição no ambiente de trabalho, impactando a inserção das mulheres árabes no mercado formal. Essa situação representa a desterritorialização do corpo e da identidade cultural, onde elementos pessoais e religiosos são vistos como uma "ameaça" ou "estranheza" por parte da comunidade local.

Neste contexto, pode-se observar um alinhamento ao movimento feminista por parte de algumas entrevistadas, as quais buscam justamente a resistência contra as expectativas de gênero e exclusão social. Feministas árabes, ao longo da história, têm buscado maneiras de conciliar a preservação da cultura e a tentativa de conquista de direitos iguais para as mulheres, um processo difícil tanto no convívio social quanto no mercado de trabalho. Além disso, observa-se a resistência contra as imposições ocidentais, muitas vezes desconectadas das da necessidade e da realidade das mulheres, conforme indicado por Taarji (1990) e El Saadawi (1980), que criticam a imposição de um feminismo "colonial".

4.3.2 Movimentos de reterritorialização

Já a reterritorialização ocorre quando os laços são redefinidos. Este movimento se manifesta quando as mulheres começam a reconfigurar suas experiências, conectando-se com suas raízes culturais e tradições, indicando um retorno às suas origens, mesmo em um novo contexto (Khalidi, 2017).

Em relação à escolarização, a experiência no ensino superior, as entrevistadas 1, 4, 5 e 6 foram as que concluíram seus estudos na universidade e relataram dificuldades semelhantes na escolha do curso e na falta de apoio familiar em suas escolhas, demonstrando que as tradições culturais quanto a formação das mulheres árabes apresentaram uma reterritorialização, pois mesmo longe de seus países as crenças quanto a este tema foram mantidas.

A entrevistada 6 relatou: *“Minha família sempre valorizou muito meus estudos e do meu irmão na escola, mas depois de acabar a escola não era algo obrigatório eu fazer faculdade, mas eu fiz porque eu sempre quis fazer e sempre sonhei em fazer faculdade”*. Ocorre que, ao escolher a profissão que queria seguir, sofreu com as limitações de sua família, conforme percebe-se na sua fala: *“Eu sempre quis ser cientista, mas minhas tias falavam que isso era bobagem. Meu pai não levou a sério o que eu queria estudar e me falou que **eu poderia fazer faculdade desde que fosse aqui na cidade, que eu não ia poder estudar fora**”*. (grifo nosso)

A E3 relata uma situação similar: *“Eu terminei o ensino médio e meu sonho é fazer Medicina Veterinária, mas ainda estou esperando abrir o curso na Urcamp, **aqui na cidade, como não posso fazer em outra cidade**”*.(grifo nosso)

As entrevistadas 1 e 5 também relatam situações de limitação de poder de escolha quanto às carreiras, mesmo tendo nascido e sido sempre criadas aqui no Brasil. Ademais enfatizam a diferença de possibilidades que havia entre elas e seus irmãos homens. A E1 conta:

*Eu tenho dois irmãos mais velhos. ... o segundo optou por estudar fora daqui porque o curso que ele queria não tinha aqui, né? ... E ele acabou conseguindo passar em uma universidade em São Paulo e acabou indo para lá. Enquanto isso, eu sempre tive o apoio dos meus pais, **mas eu tive que estudar aqui mesmo**. (grifo nosso)*

A E5 também narrou uma situação similar:

*Meu pai sempre achou importante estudar, mas tinha uma expectativa de que eu seguisse uma carreira mais tradicional, mas teria que ser aqui em Livramento **por medo de eu sair daqui e a comunidade falar mal**, o que acabou influenciando minhas escolhas. **Eu queria mesmo era ter estudado algo na área da comunicação, igual meus irmãos que estudaram em Porto Alegre**. (grifo nosso)*

As limitações que as mulheres árabes que lhes são impostas pela cultura são apresentadas por Rosaldo (1980), que afirma que diversas culturas tradicionais normalmente estabelecem "zonas" sociais para mulheres, limitando-as a determinados papéis e espaços. Para as entrevistadas, essa "zona de território" de expectativas da família e da própria comunidade sobre o casamento e a escolha profissional resulta em uma negociação entre sua própria identidade e as imposições culturais, conforme narra a E5, que recusou um casamento arranjado, demonstrando resistência e reorientando o "território" de sua própria vida:

A cultura árabe influenciou bastante, principalmente no que diz respeito à importância da família e das tradições, como o casamento. Mas eu sempre busquei seguir o que eu queria, como não aceitar um casamento arranjado. Depois de formada meu pai quis me levar para a Palestina para casar, mas eu me neguei. Ele só aceitou isso alguns meses depois, quando uma tia minha acabou se separando de um casamento desses dá lá da terra (Palestina), ela não era feliz.(grifo nosso)

Assim, nota-se um suporte parcial as entrevistadas por suas famílias, que valoriza a educação sem quebrar os laços familiares e culturais, refletindo assim em um claro movimento de reterritorialização onde as regras e expectativas da comunidade árabe ainda guiam as decisões. Os movimentos de reterritorialização demonstram as adaptações e resistências diante da cultura local, bem como as influências mútuas (Deleuze; Guattari, 1980).

Outro aspecto importante percebido na narrativa das entrevistadas é sobre a reterritorialização das tradições e da língua árabe. As entrevistadas relatam sobre a manutenção da língua materna em suas rotinas na fronteira, conforme se verifica no relato da E1: “A comunidade tem a escolinha da aula árabe, em que as crianças são ensinadas sobre a cultura, tradições, língua e até mesmo a religião.”

A E2 também relata a importância da conservação da língua materna em seu processo de reterritorialização na fronteira:

A associação árabe que fica aqui em Livramento, em que a gente sente como se fosse um espaço do meu país aqui dentro, porque nessas reuniões a gente conversa em árabe, a gente come a nossa comida, a gente escuta nossas músicas e então eu me sinto muito em casa quando acontecem essas reuniões.(grifo nosso)

Conforme Kramsch (1998), a língua de origem do migrante não é apenas um meio de comunicação, mas é vista por eles como um símbolo da identidade cultural, e a manutenção da língua materna ajuda a fortalecer e recriar um senso de pertencimento e identidade em um contexto de diáspora.

Quanto à inserção no mercado de trabalho, verificou-se que diversas dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas caracterizam um movimento de reterritorialização. A imposição de expectativas de gênero que limitam as mulheres a trabalharem em negócios familiares, restringindo seu crescimento profissional e independência, é um dos principais movimentos de reterritorialização, e é visto na fala da E1:

A cultura árabe influenciou nas minhas oportunidades de ingresso e progressão no mercado de trabalho, talvez porque pela ideia da minha família, seria meio estranho eu trabalhar para outra pessoa sendo que os meus pais têm o próprio trabalho.(grifo nosso)

A limitação da carreira profissional das entrevistadas é abordada por Sayad (1998), o qual demonstra que as tradições culturais das comunidades de imigrantes, muitas vezes, colocam restrições específicas às mulheres, o que reduz suas opções de trabalho e as mantém

em uma condição de dependência familiar e acaba por torná-las alheias ao mercado de trabalho formal.

As restrições no desenvolvimento da carreira, também influenciada pela comunidade migrante que representa grande influência no movimento de reterritorialização. Contudo, esta reterritorialização nem sempre é positiva, pois foi constatada clara a falta de suporte comunitária para mulheres árabes no mercado de trabalho, recriando padrões da sociedade de origem delas.

A E3, ao comentar sobre o papel da comunidade, confirma esta percepção: "*Existe sim essa rede de contatos, mas normalmente ela não é muito voltada para as mulheres, já que na nossa cultura tu não tem esse apoio para que as mulheres trabalhem, então é bem mais voltado pros homens*". (grifo nosso)

Esse relato demonstra como o espaço de trabalho é, para a entrevistada, uma extensão do espaço familiar, no qual sua identidade e seu papel social estão profundamente ligados às expectativas e normas culturais de sua família. Aqui, podemos perceber uma reterritorialização do espaço de trabalho, em que a mulher árabe é direcionada a se inserir em um ambiente familiar e protegido, em oposição a buscar uma inserção em um mercado de trabalho "externo". Essa reterritorialização também pode ser vista como uma forma de preservação da cultura e da identidade árabe, pois o trabalho na empresa familiar garante uma continuidade das práticas culturais e religiosas sem a necessidade de adaptações forçadas.

Outro exemplo de reterritorialização é a forma como a comunidade árabe local, e especialmente as famílias, reterritorializa o papel da mulher dentro dos limites da sociedade. A E4 fala de uma experiência em que a família não apoiou sua busca por um emprego fora do ambiente familiar, criando uma barreira de territorialização cultural ao seu redor. Ela conta: "*Eu já achei sim, já me candidatei, já achei, mas como eu disse, eu não tive apoio da minha família e eu não consegui trabalhar*" (grifo nosso)

Neste caso, a reterritorialização do espaço feminino é realizada pela própria comunidade árabe, que define um espaço limitado para a mulher, associando sua atuação profissional à conformidade com as expectativas tradicionais. Isso pode ser compreendido como uma forma de controle cultural, que visa manter a mulher dentro de uma zona segura e previsível, evitando que ela transite para espaços sociais onde a sua cultura, identidade e religião podem ser questionados e desafiados.

Isso não significa que o trabalho familiar seja apenas uma questão de escolha pessoal, mas muitas vezes uma limitação da carreira das mulheres, como a E4 descreve: "*Eu nunca tentei entrar no mercado de trabalho, porque minha família nunca apoiou que eu trabalhasse fora*".

A ideia de que a mulher deve trabalhar para os pais, e não fora da estrutura familiar, é uma forma de reterritorialização no mercado de trabalho, fechando esse espaço para as mulheres e assegurando que elas permaneçam dentro dos limites culturais da comunidade. A mulher árabe, nesse caso, se vê como uma guardiã de uma identidade cultural, onde sua atividade profissional está, essencialmente, ligada à família e à preservação de seus valores culturais.

4.3.3 Movimentos de territorialização

Quanto à territorialização, que é definida por Deleuze e Guattari (1980), como o processo de reconstrução de identidades e territorialidades. No cenário da escolarização, as mulheres árabes desenvolvem estratégias de resistência e resiliência para superar os desafios enfrentados. No ambiente escolar, a territorialização manifestou-se no modo como as entrevistadas tentaram e ainda tentam reivindicar e afirmar seu lugar dentro de um espaço previamente dominado por outras culturas e identidades.

Isso proporcionou a E6 a confiança necessária para navegar por um ambiente educacional que, muitas vezes, pode ser alienante para pessoas de culturas minoritárias. Segundo Haddad (2018), a educação pode ser vista como um instrumento de afirmação cultural porque oferece ao indivíduo a oportunidade de se posicionar de forma mais assertiva em espaços tradicionalmente dominados por normas e práticas culturais de outras origens.

No caso da E5 e E6, esse processo foi evidenciado não apenas pela sua formação acadêmica, mas também pela sua capacidade de integrar sua identidade cultural árabe ao contexto mais amplo da sociedade brasileira. A fala da E6 exemplifica esta análise:

“mas depois de acabar a escola não era algo obrigatório eu fazer faculdade, mas eu fiz porque eu sempre quis fazer e sempre sonhei em fazer faculdade até porque *era o jeito que eu achei para me sentir mais parecida com as pessoas aqui da fronteira, e dos meus colegas também que sempre tiveram incentivo para entrar na faculdade*” (grifo nosso).

A identidade cultural da E5, expressa através de seu pertencimento à comunidade árabe, se entrelaça com o processo educacional, criando um território simbólico de acolhimento e fortalecimento pessoal. Esse território não é apenas o espaço físico da escola ou da universidade, mas é também a construção de um espaço de identidade no qual ela pode afirmar suas raízes culturais enquanto segue seus objetivos acadêmicos e profissionais.

A E3, por exemplo, expressa o desejo de fugir das expectativas tradicionais e buscar uma formação que a permita atuar em um campo profissional mais amplo, como a Medicina Veterinária: "*Quero me formar em Medicina Veterinária, casar e ser um suporte para outras meninas árabes que chegarem aqui, assim como fizeram comigo.*"

Nesse caso, a territorialização do espaço profissional se manifesta na vontade de expandir suas fronteiras e adentrar novos territórios, além da esfera familiar e culturalmente definida. A busca pela educação e pela realização profissional, portanto, representa uma tentativa de territorialização, um movimento de conquista de novos espaços de ação e representação social, longe dos limites impostos pelas expectativas familiares.

A E3 descreve como a sua persistência foi fundamental para o seu processo de territorialização, uma vez que ela se sentiu acolhida e reconhecida em sua jornada acadêmica.

A busca por autonomia profissional também revela uma territorialização do espaço das mulheres árabes. No caso da E5, ela encontrou na sua formação em Direito um espaço para se afirmar, não só como uma profissional, mas também como uma mulher árabe. A educação, nesse sentido, se torna uma ponte entre o espaço de pertencimento familiar e comunitário e os novos territórios sociais, como a universidade e o mercado de trabalho formal.

O desejo de independência e de atuação em um campo profissional novo também se liga com a ideia de empoderamento de Moser (1993), que defende que as mulheres, ao buscarem autonomia financeira e participação social, acabam desafiando as barreiras culturais que limitam sua atuação fora do espaço doméstico, isto é visto na fala da E1 ao contar: “... *na minha vida profissional acredito que seja mais em relação a essa crença da comunidade de que os filhos têm que trabalhar para os pais, porque eu gostaria de algum dia tentar seguir aquilo que eu estudei, tentar alguma, algum trabalho na minha área*”. (grifo nosso)

Quando se fala sobre o processo de territorialização no contexto das mulheres árabes no Brasil, especialmente em relação à sua inserção no mercado de trabalho, nota-se as tensões entre o pertencimento à sua comunidade de origem e o desejo de ocupar e afirmar sua identidade cultural em um espaço maior, como a sociedade local,

No caso da E5, um exemplo de como a territorialização se concretiza no ambiente escolar e no mercado de trabalho pode ser observado no modo como ela constrói sua identidade por meio da educação e do exercício da profissão no serviço público. A E5 utiliza a sua formação em Direito não apenas como uma ferramenta para ascensão profissional, mas

também como uma forma de afirmação cultural. Esse processo de territorialização está relacionado à busca por um espaço legítimo e reconhecido, no qual ela possa exercer sua profissão sem abrir mão de sua identidade árabe, conforme se verifica em sua fala: *“Comecei a trabalhar depois de passar num concurso público. Minha família achava que não precisava, porque meu pai sempre sustentou a casa. Mesmo assim, quis buscar minha independência e estudei muito para passar no concurso, e consegui”* (grifo nosso).

Além disso, o movimento feminista árabe tem se tornado cada vez mais relevante nesse processo de territorialização, pois desafia as limitações impostas pelas tradições culturais, permitindo que as mulheres reconfigurem suas trajetórias profissionais e sociais. Ao buscar a autonomia, as entrevistadas também alinham suas experiências à resistência presente nos movimentos feministas árabes, que lutam contra o patriarcado e pela ampliação dos direitos das mulheres.

A busca pela educação e pela independência financeira se traduz em um movimento de territorialização, no qual as mulheres árabes não apenas buscam se inserir no mercado de trabalho, mas também reivindicam seu espaço em um território social mais amplo. As narrativas das entrevistadas ilustram como esse processo envolve uma constante negociação entre as expectativas familiares e as aspirações pessoais, o que caracteriza uma reterritorialização da identidade feminina árabe, conciliando tradição e modernidade.

Esse movimento de territorialização é, portanto, um processo dinâmico de negociação entre tradição e modernidade, no qual as mulheres árabes, ao se empoderar educacional e financeiramente, desafiam as expectativas familiares e culturais, assim como as barreiras impostas pelo patriarcado.

Assim, percebe-se nas falas das entrevistadas 1, 4 e 5, todas descendentes de árabes, motivos distintos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização daqueles percebidos nas falas das entrevistadas 2, 3 e 6. Isso é consequência, provavelmente, do fato de que a sua vivência se desenvolveu em um contexto com vivência diversa daquela onde seus pais foram ensinados e criados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral analisar os movimentos de territórios existenciais referentes aos modos de viver e trabalhar de mulheres árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). Os movimentos de territórios existenciais percebidos neste estudo refletem os desafios de adaptação e preservação cultural, sobretudo, em meio à escolarização e inserção no mercado de trabalho, devido à interseção de questões etnoculturais, sociais, religiosas e de gênero.

Assim, os territórios existenciais verificados neste estudo revelam como jovens mulheres árabes migrantes ou descendentes de árabes, ao transitar entre os processos de desterritorialização, reterritorialização e territorialização, procuram conciliar sua autonomia pessoal com a preservação de suas raízes culturais, juntamente enfrentando as exigências de adaptação impostas pela escolarização e pela inserção no mercado de trabalho. Esse equilíbrio entre persistências e adequações representa um difícil processo de negociação de identidade, onde a manutenção das raízes culturais de origem e a adequação ao novo ambiente se combinam de forma dinâmica.

De forma específica, o primeiro objetivo é relacionado à identificação do contexto migratório das entrevistadas. Assim, foi constatado que o contexto migratório das entrevistadas complexas experiências de deslocamento. Segundo Bhabha (1994), a migração envolve a redefinição da identidade, evidenciada pelas narrativas das participantes, todas de origem palestina, embora algumas sejam nascidas no Brasil (descendentes).

As descendentes relataram a migração de suas famílias em diferentes períodos, motivadas por conflitos, como a Nakba de 1948, enquanto as migrantes destacaram além dos conflitos locais, razões econômicas e de segurança. Mesmo diante dos obstáculos, como a dificuldade de adaptação mencionada pelas 3 (três) migrantes, a comunidade árabe residente na fronteira foi essencial no processo de integração. As diferenças culturais árabe, uruguaia e brasileira foram destacadas, especialmente no que diz respeito à unidade familiar e à liberdade individual.

Em relação ao segundo objetivo específico que visava analisar os movimentos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização que ocorrem nos processos de inserção das mulheres árabes (i) no ambiente de escolarização e (ii) no mercado de trabalho desta fronteira, a análise foi realizada em relação a cada movimento.

Primeiramente, a desterritorialização foi observada na desconexão identitária e linguística, bem como pela mudança de sistema educacional, marcado pelo abandono dos sistemas educacionais de seus países de origem, principalmente das entrevistadas migrantes no processo de escolarização.

Quanto às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, estas foram acentuadas por discriminações ligadas ao uso do hijab e às expectativas de gênero sofridas pelas descendentes e também pelas migrantes, por parte da família e da comunidade local. Apesar disso, duas entrevistadas, uma migrante (E6) e uma descendente (E5), romperam com as expectativas da comunidade e da cultura de origem e conquistaram o seu espaço no mercado de trabalho da fronteira, dando um primeiro passo para a luta pela garantia dos direitos das mulheres iniciada nos movimentos feministas seculares.

Ao decorrer da análise, percebeu-se que os movimentos de reterritorialização foram os mais evidenciados. Em suas experiências educacionais, todas as entrevistadas mencionaram a revalorização de suas tradições de origem, especialmente no que diz respeito à escolha de carreiras no ensino superior quanto ao seu papel da mulher na sociedade.

A inserção no mercado de trabalho também teve destaque nas falas das entrevistadas ao mencionarem as práticas de reterritorialização da cultura de origem para o atual cenário que estão vivenciando. Além da falta de apoio para que as mulheres conquistem uma vaga de emprego, há a restrição de que este trabalho deve ser no apoio ao trabalho já desenvolvido pela família, e não pela busca de nova carreira.

Nesse contexto, a luta das mulheres árabes, refletida nas histórias das entrevistadas de resistência e adaptação, também se entrelaça com os movimentos feministas árabes que questionam o patriarcado e as normas sociais que restringem a autonomia feminina. Esses movimentos têm sido cruciais na construção de um espaço de reterritorialização onde as mulheres se adaptam às suas identidades e buscam o direito à educação e à liberdade profissional.

Logo, os movimentos de territorialização no processo de ensino apresentaram claros exemplos de ruptura da expectativa e das tradições familiares, ao buscarem a sua formação superior. Das 6 (seis) entrevistadas, 4 (quatro) concluíram o ensino superior e uma (1) está aguardando para ingressar na universidade quando da abertura do curso de medicina veterinária no município de residência.

Logo, mesmo com a falta de apoio das famílias e da comunidade para que estas mulheres seguissem sua formação nas áreas pretendidas, estas buscaram se adaptar à nova realidade e persistir em seu desejo de completar o ensino superior.

Contudo, a inserção no mercado de trabalho, apesar das expectativas culturais de suas famílias e da pressão para se manter dentro de padrões tradicionais, duas das entrevistadas manifestaram resistência, como a E5 que recusou um casamento arranjado e conquistou uma vaga no serviço público e a E6 que, apesar da pressão e restrição familiar iniciou sua carreira

ainda na universidade, através do estágio profissional, e manteve-se desde então convicta do seu desejo de seguir inserida no mercado de trabalho.

O movimento feminista árabe tem representado uma força fundamental na luta contra as estruturas patriarcais, dentre elas as sociedades árabes, objetivando ampliar os direitos das mulheres e promover maior igualdade na sociedade. A busca por um lugar no campo educacional e no mercado de trabalho, as mulheres árabes não estão apenas desafiando as normas tradicionais, mas também reconfigurando os padrões culturais de suas comunidades.

As práticas feministas das mulheres árabes, mesmo atualmente não estarem organizadas em um grupo feminista propriamente dito, demonstram e fortalecem a resistência contra as tradições que as limitam. As entrevistadas, ao tomarem decisões de seguir carreiras fora do espaço doméstico ou rejeitar casamentos arranjados, contribuem para a transformação da percepção social sobre os papéis das mulheres, bem como encorajam outras mulheres a buscarem por esta independência se assim desejarem.

A pesquisa enfrentou como limitação a superficialidade das respostas obtidas pelas entrevistadas, pois, em determinadas questões as entrevistadas hesitaram em responder a pergunta diretamente e foi necessário realizar diversas outras perguntas bem como lembrar que o conteúdo das entrevistas permaneceria sigiloso e que os seus nomes não seriam divulgados.

Como sugestão para pesquisas futuras, recomenda-se a continuidade do acompanhamento das entrevistadas para maior aprofundamento e compreensão da realidade delas, bem como verificar uma possível manutenção do atual padrão observado ou verificar possíveis mudanças no padrão de tratamento das mulheres árabes residentes na fronteira, nas novas gerações.

REFERÊNCIAS

ADLBI SIBAI, S. **La cárcel del feminismo**: Hacia un pensamiento islámico decolonial. Ediciones Akal, México, 2016.

ALVES DE MACEDO, E. Territórios, Agenciamentos, Deleuze, Guattari, G. H., uma Barata e Clarice Lispector. **Nau Literária**, v. 17, n. 1, p. 77–98, 2021.

ALVES, Cinara Neumann; CADONÁ, Marco André. Imigração Árabe E Comércio De Fronteira: uma análise da influência da cultura nas atividades comerciais desenvolvidas por imigrantes e descendentes de imigrantes árabes na fronteira entre Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai). **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 3, p. 63, 12 nov. 2015.

BADRAN, M. **(Re)posicionando o feminismo islâmico**. *Acervo*, v. 33, n. 2, p. 69–94, 2020.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BHABHA, H. K. **The Location of Culture**. Londres: Routledge, 1994.

BRAH, A. **Cartographies of diaspora**: contesting identities. Londres: Routledge, 1996.

CASTLES, S. **Migration and belonging in a global era**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

CAVAGNOLI, M.; MOTERLE, R.; MORO, E.. Pessoas em situação de rua: cartografando um território existencial. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 72, n. 2, p. 88-104, ago. 2020.

CARVALHO, Isabela Mororó de. **O ativismo feminista no mundo árabe e o papel das redes sociais: um estudo de caso do Catar (2011-2021)**, 2023.

COHEN, R. **Global Diasporas: An Introduction**. Seattle: University of Washington Press, 2017

COSTA, M. de M.. **Feminismo islâmico: um movimento político-religioso transnacional**. Monografia (graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2021.

FRANCO, C. Feminismo Islâmico Face Ao Feminismo Secular: Uma Nova Consciência De Gênero De Um Oriente Que Rejeita A Ocidentalização. **Último Andar**, [S. l.], n. 27, p. 84–92, 2016.

DUARTE, G.; SPINELLI, L. M. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. **Revista Sociais e Humanas**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 1-1, 7 out. 2019.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.5, 34. ed. São Paulo: Editora 34, 1997. (5). Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa.

EL SAADAWI, N. **A Mulher no Ponto Zero**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GEERTZ, C. **The Interpretation of Cultures**. Nova York: Basic Books, 1973.

HAESBAERT; GLAUCO BRUCE, R. **A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari**. *GEOgraphia*, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2002.

HALL, S. Cultural identity and diaspora. In: RUTHERFORD, J. (Org.). **Identity: community, culture, difference**. Londres: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222-237.

JARDIM, Denise Fagundes. **Palestinos no extremo sul do Brasil: identidade étnica e mecanismos sociais de produção da etnicidade**. Chui/RS. Rio de Janeiro, 2000. 386f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

KHALIDI, R. **The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood**. Boston: Beacon Press, 2006.

KHALIDI, R. **Palestinian identity: the construction of a national consciousness**. New York: Columbia University Press, 2017.

- KRAMSCH, C. **Language and culture**. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- LIMA, C. Um recente movimento político-religioso: feminismo islâmico. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p. 675-686, ago. 2014.
- LIMA, C. **Feminismo islâmico**: mediações discursivas e limites práticos. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- LUZ, F. A. Entre memória e ativismo político: contribuições de Nawal El Saadawi para o feminismo egípcio e transnacional. **Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano**, São Paulo, Brasil, v. 8, n. 11, p. 169–180, 2020.
- LACERDA, A. F; LUSTOSA, F. G. Educação e direitos humanos para mulheres muçulmanas. **Tensões Mundiais**, v. 13, n. 25, p. 207–232, 2018.
- MARTINS, M. P; CHAGAS, P. B. Território, Territorialização E Territorialidade: Proposta De Avanço De Chaves Teóricas Para A Análise Da(S) Dinâmica(S) Das Cidades. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2022.
- MATA, C. C. et al. A mulher no mercado de trabalho suberizado em tempos de pandemia: breve análise sobre os caminhos da desigualdade de gênero no Brasil. **Laborare**, v. 4, n. 7, p. 30-47, 7 set. 2021.
- MOGHADAM, V. M. **Towards gender equality in the Arab world**. United Nations Development Programme, 2004.
- MORAES, A. R; ALBUQUERQUE, S. A. S. **Entre Migrantes e Manchetes**: Uma Análise da Crescente Islamofobia no Brasil e a Impactante Violência Contra Mulheres Muçulmanas. In: Congresso Nacional de Violência contra Mulher, 2023.
- NASCIMENTO, C. R.T. **A participação dos residentes no processo de produção do território turístico em Canoa Quebrada-CE**. 2010. 142 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- NOGUEIRA, P. C. **Feminismo e empoderamento da mulher no Islã**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.
- OKAMOTO, M. M. **Territorialização e desterritorialização**: reflexões sobre imigração, adolescência e grupos. 2023. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.
- PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8, n. 2, p. 261–266, 2008.
- PAPPÉ, I. **The Ethnic Cleansing of Palestine**. Oxford: Oneworld Publications, 2006.

PRESTES, V. A.I. **Imigração, território e trabalho imaterial**: narrativas sobre chefs de cozinha imigrantes. 2019. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

RODRIGUES, N. V; QUEIROZ, I. S; LOZANO, A. M. C. Impactos da (des) territorialização nos processos de subjetivação: experiências migratórias de refugiadas venezuelanas em Bogotá. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-20, 2021.

SANTOS, D. M. R. Territórios Existenciais E Narrativas De Trajetórias Escolares. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, v. 1, n. 2, p. 356-369, 31 dez. 1969.

SARAIVA, L. A. S; CARRIERI, A. P.; SOARES, A. S. Territorialidade e identidade nas organizações: o caso do mercado central de Belo Horizonte. *Ram.* **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 97-126, abr. 2014.

SILVA, M. C. As mulheres, os outros e as mulheres dos outros: feminismo, academia e islão. **Cadernos Pagu**, n. 30, p. 137-159, jun. 2008.

SILVA, C. J. **Territórios Existenciais De Migrantes Venezuelanos Na Paraíba**: um relato de experiência. 2021. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

SOUZA, S. T; MOREIRA, J. B. O Feminismo Árabe-Muçulmano à Luz da Teoria Feminista das Relações Internacionais. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 59, p. 170-182, 31 ago. 2021.

SOUZA, A. N. **Os Territórios Simbólicos No Processo De Territorialização E Desterritorialização Cultural, Na Perspectiva De Rogério Haesbaert**. *Jamaxi*, v. 3, n. 2, 2019.

TAARJI, H. **The Feminist Movement in the Arab World**. 1990.

TONHATI, T. M; P; MACÊDO, M. Os impactos da pandemia de Covid-19 para as mulheres imigrantes no Brasil: mobilidade e mercado de trabalho. **Sociedade e Estado**, v. 36, n. 3, p. 891-914, dez. 2021.

XAVIER, G. História Intelectual de Mulheres Negras: um novo “território existencial” historiográfico. **Revista História Hoje**, v. 11, n. 22, p. 349–365, 2022.

WINKEL, H. Islamic Feminism. Thinking Gender Justice as a Religious Knowledge Practice. **Exploring Islam Beyond Orientalism And Occidentalism**, p. 179-210, jun. 2021.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

- **Identificação da entrevistada: nome e idade.**

Contexto migratório

- Poderia nos contar um pouco sobre sua história pessoal e familiar e sua trajetória até Santana do Livramento-Rivera?
- De qual país você ou sua família vieram?
- Qual sua religião? É a mesma da sua família?
- Se você é brasileira descendente de árabes, quem na sua família é árabe e quando se mudaram para a fronteira?
- Como é morar na fronteira de Santana do Livramento e Rivera?
- O que mais lhe chama a atenção na cultura e no cotidiano dos brasileiros? e dos uruguaios? Quais as principais diferenças com a cultura árabe?
- Como a cultura árabe influenciou sua vida e suas escolhas até agora?
- Como é ser uma mulher árabe nesta região específica?

Escolarização

- Qual é a sua formação acadêmica ou profissional? Como foi sua experiência educacional aqui? Você encontrou algum desafio específico?
- Quais são as principais diferenças que você percebe entre o sistema educacional daqui e o do seu país de origem (se aplicável)?
- De que maneira a cultura árabe influenciou suas oportunidades de estudo? Como foi o apoio familiar ou comunitário para sua educação?
- Como você sentiu que sua identidade cultural impactou suas oportunidades de acesso e progressão na escola e universidade?
- Que tipo de apoio ou recursos foram mais úteis para você durante sua formação?

Mercado de Trabalho

- Como foi seu processo de inserção no mercado de trabalho em Santana do Livramento-Rivera?
- Quais tipos de preconceito ou barreiras específicas você enfrentou por ser mulher e árabe?
- Quais foram os maiores desafios que você encontrou ao tentar se inserir no mercado de trabalho?
- Você pode compartilhar alguma experiência marcante (positiva ou negativa) nesse processo?
- De que maneira a cultura árabe influenciou suas oportunidades de ingresso e progressão no mercado de trabalho?
- Como a sua identidade cultural influenciou as oportunidades de emprego que você encontrou, abrindo ou fechando portas?
- Quão importante foi a rede de contatos e suporte comunitário para você? Existem organizações ou grupos que foram especialmente úteis?
- De que maneira a comunidade árabe local influenciou a sua inserção no mercado de trabalho?
- Você se sente integrada na comunidade local? Como essa integração (ou falta dela) afeta sua vida profissional?

- Como sua identidade cultural influencia sua percepção de espaço e pertencimento?
- Em que medida você sente que pode expressar sua identidade cultural no seu ambiente de trabalho?
- Quais são as principais lições que você aprendeu ao longo da sua trajetória até agora?
- Que conselhos você daria para outras mulheres árabes que estão buscando se inserir no mercado de trabalho nesta região?
- Quais são seus objetivos e aspirações futuras, tanto pessoais quanto profissionais?
- Como você vê o futuro da comunidade árabe em Santana do Livramento-Rivera em termos de integração e oportunidades de trabalho

Relação com a comunidade

- Como você descreveria seu processo de adaptação e estabelecimento nesta região? Houve algum aspecto específico da cultura árabe que você tentou manter ou incorporar em sua vida aqui?
- Quais são os espaços ou comunidades específicas em Santana do Livramento-Rivera onde você se sente mais "em casa" ou onde encontra uma conexão mais forte com sua identidade cultural?
- Houve momentos em que você se sentiu desconectada de sua cultura de origem enquanto vive nesta região? Quais foram os principais desafios nesse aspecto?
- Você teve que abrir mão de algumas práticas culturais ou tradições devido ao contexto cultural diferente em Santana do Livramento-Rivera? Como isso afetou sua identidade e senso de pertencimento?
- Você encontrou maneiras de reafirmar sua identidade cultural ou de criar novos espaços de pertencimento nesta região? Se sim, quais foram essas estratégias?
- Quais movimentos ou tendências você percebe dentro da comunidade árabe local para preservar e readaptar aspectos da sua cultura de origem? Como isso impacta sua vida cotidiana ou seu ambiente de trabalho?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar de um estudo que tem como objetivo estudar a participação da mulher árabe no mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que está sendo desenvolvida por Maria Shukrieh Ghande Judeh, graduando(a) do Curso de Administração da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Santana do Livramento, e orientada pela Professora Doutora Laura Alves Scherer.

A sua participação será através de entrevista em que as falas serão gravadas.

Após a sua transcrição, o registro em áudio será destruído como forma de garantir o sigilo das informações e identidades. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins científicos. Nomes próprios de pessoas ou organizações que forem mencionados durante a entrevista não serão divulgados, em hipótese alguma, no intuito de manter o sigilo do entrevistado. Não há respostas certas ou erradas, isto é, o entrevistado falará sobre a sua percepção sobre o tema.

A sua participação é voluntária. Você poderá interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Cabe ressaltar que a sua participação contribuirá para a produção de conhecimento científico.

Eu _____ aceito participar da presente pesquisa. Informo que todas as minhas dúvidas foram respondidas com clareza e sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novos esclarecimentos, bem como pedir meu afastamento da pesquisa através de contato com o pesquisador responsável Maria Judeh, pelo e-mail mariajudeh@gmail.com ou telefone (55) 984513538

_____/_____/_____
Maria Judeh

_____/_____/_____
Assinatura entrevistado

*Documento em duas vias, uma para o pesquisador e outra para o participante.